

Notícias Sindicais, 25/07/14

Federação Nacional dos Urbanitários

ANEEL realizará dia 07 de agosto o Seminário: Segurança do Trabalho e da População no Setor de Distribuição da Energia Elétrica

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realizará no dia 07 de agosto, de 8h 30 às 17 horas, no auditório do CEPAT, em Brasília, o Seminário: Segurança do Trabalho e da População no Setor de Distribuição da Energia Elétrica. A Federação Nacional dos Urbanitários estará presente apresentando sua contribuição aos debates.

O evento abordará a segurança do trabalhador e da população no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. Esse é um tema muito importante e que tem sido amplamente difundido pelos sindicatos, pela FNU e pelo Dieese.

Há um entendimento de que, apesar de não ser de sua responsabilidade direta, o agente regulador deve se envolver nas questões relacionadas à segurança dos trabalhadores e da população em geral. Nesse sentido, a Aneel deveria não só punir as empresas que não prezam pela vida mas também incentivar práticas inovadoras na área de segurança. A questão da segurança deve inclusive ser um dos principais eixos do ranking de eficiência da Aneel – a partir, por exemplo, da criação de um indicador de segurança para compor as próximas revisões tarifárias.

A FNU entende que é fundamental a presença dos sindicatos participando ativamente das discussões.

Veja a programação:

http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/programacao-final_curvas.pdf

Portal da CUT

Resposta do Sindipetro-RJ à matéria caluniosa do jornal O Globo desta terça (22)

24/07/2014

Sindicato denuncia a matéria como "extremamente caluniosa e manipulatória", departamento jurídico estuda ação contra o jornal

Escrito por: Emanuel Cancelli, Secretário Geral do Sindipetro-RJ

Antes de qualquer coisa, fazemos questão de esclarecer que o Sindipetro-RJ sempre fez parte das principais lutas em defesa da soberania popular e do povo brasileiro. Consideramos fundamental a mobilização cidadã em defesa dos seus direitos e defendemos as manifestações e protestos legítimos do povo por um país mais justo. Repudiamos todo tipo de censura, repressão e criminalização dos movimentos sociais. A história do Sindipetro-RJ é escrita pela participação protagonistas em inúmeras lutas: contra a ditadura militar, pelas Diretas Já, pela ampliação de direitos dos trabalhadores e contra a privatização do petróleo. Esses são motivos de grande orgulho para os petroleiros do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, repudiamos as distorções trazidas na matéria "A conexão sindical" do Jornal O Globo desta terça-feira, 22 de julho, que busca criminalizar movimentos sociais e manchar o nome e a história de luta da nossa entidade. O Sindipetro-RJ é uma entidade que sempre trabalhou respeitando a constituição e as leis brasileiras. Por isso, fazemos questão de esclarecer que fornecemos, a pedido dos manifestantes, quentinhas, água e também transporte para o protesto contra o leilão de Libra e outras manifestações, como os atos contra a privatização do Maracanã, em defesa da Aldeia Maracanã, contra a demolição da Escola Municipal Friedenreich, do Célio de Barros e do Parque Aquático Julio Delamare. Consideramos legítimo o apoio a livre expressão dos movimentos sociais na luta por direitos sociais e por uma vida melhor. Nada disso é proibido pelas leis brasileiras.

Sempre solidário ao povo excluído, o Sindipetro-RJ forneceu donativos e agasalhos para os flagelados da tragédia do Morro do Bumba, da região serrana e na última enchente. Também doou R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao SEPE para atender às famílias de professores que ficaram sem o salário para seu sustento ao receberem contra-cheques zerados da Prefeitura do RJ, simplesmente por terem participado de greve justa por melhores condições de trabalho.

O Sindipetro-RJ reafirma seu compromisso com a democracia e com a defesa intransigente dos trabalhadores. Vamos continuar na luta pelo fim dos leilões e pela Petrobrás 100% Estatal e Pública.

Diferente do que fala a matéria, também vale destacar que a violência no ato contra o leilão de Libra partiu da força policial. Temos toda a manifestação gravada e nos colocamos a disposição para comprovar essa grande inverdade da matéria.

O Sindipetro-RJ está estudando, junto ao seu departamento jurídico, uma ação contra O Globo que deu um péssimo exemplo de jornalismo ao publicar matéria baseada em inverdades e sem ouvir a versão dos fatos do alvo de seu ataque, neste caso, nós do Sindipetro-RJ.

Portal da CUT

Pepsico do Brasil: Após 82 dias de negociação, trabalhadores aprovam Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015

24/07/2014

A assembleia foi realizada no sentido de colocar em votação a deflagração ou não de uma greve

Escrito por: Na Luta e na Luta

Na tarde da terça-feira (22), a direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins do Estado da Bahia - SINDALIMENTAÇÃO/Bahia esteve mais uma vez frente à unidade da Pepsico do Brasil em Feira de Santana/Bahia.

Conforme Editorial publicado no Jornal A Tarde do dia 13 de julho de 2014, a assembleia foi realizada no sentido de colocar em votação a deflagração ou não de uma greve.

Após a última assembleia, que foi realizada em 9 de julho, em que os trabalhadores dividiram opiniões empatando o resultado 55 X 55, o impasse foi resolvido, mas a categoria mostra grande insatisfação com a direção da empresa. No final da votação, por meio de escrutínio secreto, 111 trabalhadores foram às urnas. 62 votaram contra a GREVE e 49 votaram a favor da greve.

De acordo com Derlan Queiroz, dirigente do Sindalimentação/Bahia, a direção da empresa está com um "pepino" na mão por que, mesmo resolvendo o impasse, as opiniões dos trabalhadores continuam divididas e, um dos principais motivos é a prática de gestão da empresa que deixa os trabalhadores insatisfeitos e desmotivados. "O resultado de 62 X 49, corresponde respectivamente a 55% X 45% e isso não é um resultado bom", comenta Derlan Queiroz. "Vamos continuar mobilizados para os novos e próximos desafios; a luta não para por aí. Precisamos continuar mantendo nossa unidade de mobilização até conquistar o que desejamos: A Luta Continua Companheiros," finaliza Queiroz.

Agência Brasil, 24/07/14

Greve do IBGE impede divulgação completa de dados do desemprego pelo segundo mês

A greve dos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que já dura cerca de dois meses, impediu a coleta regular de dados nas regiões metropolitanas de Salvador e Porto Alegre e impediu o instituto de divulgar a taxa média de desemprego em junho, pelo segundo mês consecutivo. Com a paralisação, foram disponibilizados apenas os dados das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Recife, de São Paulo e Belo Horizonte.

Excepcionalmente, segundo o IBGE, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de junho foi prejudicada pelo atraso nas etapas de coleta, apuração, crítica, análise e avaliação da qualidade dos dados coletados em sua totalidade. "Posteriormente, em data ainda não definida, está prevista a divulgação dos dados completos do mês de junho incluindo as regiões metropolitanas de Salvador e Porto Alegre", esclarece o Instituto.

Pelos dados da PME coletados regionalmente, em junho, a taxa de desocupação (proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa) ficou estável em relação ao mês anterior em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e apresentou queda de 1 ponto percentual no Recife. Em relação a junho de 2013, a taxa caiu 1,5 ponto percentual em São Paulo e 2,1 ponto percentual no Rio de Janeiro, mantendo-se estável em Recife e Belo Horizonte.

Já o contingente de desocupados (pessoas sem trabalho que estão tentando se inserir no mercado) manteve-se estável em todas as regiões na comparação com o mês de maio deste ano. No confronto com junho de 2013, caiu 24,3% em São Paulo e 40,3% no Rio de Janeiro, mantendo estabilidade em Recife e Belo Horizonte.

Os números do IBGE indicam que o emprego privado com carteira assinada manteve-se estável nas quatro regiões, tanto na comparação com o mês anterior quanto com junho de 2013, o mesmo acontecendo em relação aos empregados sem carteira assinada no setor privado, na comparação mensal, nas quatro regiões.

Quando a comparação se dá com junho do ano passado, no entanto, São Paulo registrou queda de 17,7% e as demais regiões registraram estabilidade.

Na classificação por grupamentos de atividade, em junho de 2014, a indústria em São Paulo apresentou queda de 4,1% na comparação com o mês anterior e de 5,9% em relação a junho de 2013. Já o grupamento outros serviços apresentou crescimento na comparação com o mês anterior no Recife (12,3%) e em relação a junho de 2013 em Belo Horizonte (9,8%) e em Recife (12,7%).

No Rio de Janeiro houve queda no setor de serviços prestados às empresas (-7,8%) na comparação com junho de 2013. Todas as demais comparações com o mês anterior e com o mesmo mês do ano passado apresentaram estabilidade no estado.

A pesquisa indica, ainda, que o rendimento médio real caiu nas quatro regiões metropolitanas divulgadas. De maio para junho, a queda foi 1% no Recife; 2,2% em Belo Horizonte; 0,5% no Rio de Janeiro; e - 1,6% em São Paulo. Já na comparação com junho do ano passado o rendimento médio real subiu no Recife (3,9%), Rio de Janeiro (6,5%) e em São Paulo (0,6%), mantendo estabilidade em Belo Horizonte.

Realizada nas principais regiões metropolitanas do país, a Pesquisa Mensal de Emprego produz indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem, segundo o IBGE, "avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País".

Portal da CTB

Sintect-RJ denuncia assaltos diários no CDD de Pilares

Os trabalhadores do Centro de Distribuição Domiciliar de Pilares, no Rio de Janeiro, já não aguentam mais tanta violência e o descaso e a inércia da empresa e do poder público com a onda de violência que a unidade vem sofrendo.

Segundo Edna Barros, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos do Rio de Janeiro (Sintect-RJ), que trabalha na unidade, a onda de assaltos já dura meses sem nenhuma providência seja tomada para resolver a situação. "Nada foi feito até agora para preservar os trabalhadores da violência. O descaso é tamanho que os meliantes são os mesmos e os assaltos continuam normalmente sem que ninguém seja preso," denuncia a sindicalista.

O Sintect alerta que os assaltos geram um grande transtorno para o trabalhador, a violência faz com que ele seja licenciado por acidente de trabalho. Muitos deles sofrem trauma radicais e necessitam de apoio psicológico para superar a situação.

Segundo Edna, isso acaba por gerar uma grande carga de dobras para os trabalhadores causando estresse e desgaste emocional nos trabalhadores de toda unidade. "Todos estão muito revoltados com a situação, além do risco de vida que os trabalhadores sofrem com os assaltos, os outros companheiros estão com uma enorme sobrecarga pela falta de funcionários na unidade".

Fonte: Sintect-RJ

Portal Mundo Sindical

Sindicato e Mercedes-Benz negociam suspensão de contratos em MG

O Sindicato dos Metalúrgicos e a Mercedes-Benz estão em negociação para a suspensão temporária do contrato de funcionários na unidade em Juiz de Fora, responsável pela produção de dois modelos de caminhões. A informação foi confirmada pelo presidente do Sindicato, João César da Silva. Em nota enviada ao G1, a assessoria da Mercedes-Benz confirmou a situação. "Estamos com algumas negociações em andamento, mas nada concretizado ainda", diz o texto. Na cidade, segundo o sindicato, a empresa possui 750 funcionários. Destes, 140 já estão em licença remunerada desde o início de junho.

Segundo João César da Silva, a medida está prevista na legislação trabalhista. "O artigo 476 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) prevê a suspensão temporária por, no máximo, cinco meses. No período, o trabalhador tem que fazer uma qualificação profissional, com carga horária de, no mínimo, 300h. O Governo Federal, via seguro desemprego, paga uma bolsa ao trabalhador nesta situação", afirmou.

O sindicalista explicou que o funcionário deve optar pela adesão à suspensão temporária e contou alguns termos que estão sendo negociados sobre o assunto. "O que nós propusemos é que a empresa complemente o valor pago pelo governo aos funcionários que aderirem, até o salário que ele já recebe, e garanta a manutenção dos benefícios durante o período de suspensão", disse. A meta seria suspender 140 contratos. E os funcionários que já estão em licença remunerada podem decidir por esta opção.

O motivo da decisão é a readequação ao mercado após a queda da produção na unidade. "Há três anos, quando fechamos um acordo com a empresa, a previsão era a produção de 14 mil veículos. Neste ano, eles devem ficar em nove mil. Por isso, as negociações são necessárias", disse o presidente do sindicato. Esta é a segunda vez que a empresa concede licença a funcionários. Além dos que estão em licença remunerada, em abril, a companhia deu férias coletivas para cerca de 400 trabalhadores, retomando o trabalho em maio.

Ele também afirmou que, durante a suspensão, não há recolhimento de INSS dos trabalhadores e continua a negociação de medidas para evitar demissões em Juiz de Fora. "A gente quer a construção deste acordo para dar tranquilidade aos trabalhadores. Aguardamos um posicionamento da empresa, que ficou de nos enviar ainda nesta semana, para convocar os funcionários para uma assembleia para discutir o assunto", disse João César da Silva. O sindicalista explicou que, assim que o acordo for ajustado, há um prazo de 15 dias para que os trabalhadores e a empresa tomem as providências necessárias junto ao Ministério do Trabalho para a suspensão dos contratos.

Fonte: G1 - 24/07/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato do Sergipe quer plano de carreira na área da Educação

O Sindicato dos Servidores Públicos da Área Administrativa do Estado de Sergipe (Sintreducase) está cobrando realização de concurso público para os servidores administrativos que atuam na Secretaria de Estado da Educação (Seed) e denunciam a falta de qualificação profissional e de um plano de carreira específico que possa contemplar, financeiramente, os servidores em ascensão profissional naquela pasta.

De acordo com o presidente do Sintreducase, Johan Bezerra, o número de servidores da área da educação é insuficiente para atender a demanda. Ele denuncia que a Seed está adotando medidas inconstitucionais para contratação de servidores, especialmente nas áreas de vigilância e da merenda escolar. "Já existe vigilantes terceirizados na sede da Seed e o governo quer fazer processo seletivo simplificado para contratação de merendeira", observou o sindicalista. Segundo Bezerra, estas iniciativas ferem a legislação brasileira, especificamente a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e outras leis, inclusive o Plano Nacional de Educação (PNE). "Em resumo, todas essas leis falam que funcionários de escola têm que ser concursados, qualificados e contar também com plano de carreira específico", observou Johan Bezerra.

O sindicalista alerta que o Governo Federal tem destinado recursos específicos para os Estados criarem o plano de carreira. "Os entes federados que desejarem fazer plano de carreira terão apoio técnico do Governo Federal e receberão ajuda financeira extra. Por qual motivo esses governos preferem terceirizar ou fazer processo seletivo simplificado, desrespeitando as leis federais?", questiona o sindicalista.

Em nota encaminhada pela assessoria de imprensa ao Portal Infonet, a Seed confirmou a intenção de realizar o processo seletivo para merendeira e justifica a iniciativa alegando que o concurso público tornaria o processo de contratação mais demorado e explica que na sede da secretaria trabalham segurança armados terceirizados, contratados por meio de adesão ao registro de preço da Seplag. "A Seed realizou uma consulta à Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre a possibilidade de se realizar um Processo Seletivo Simplificado (PSS) para merendeira, haja vista que o processo do concurso público demanda de um prazo maior para a sua realização, e se faz urgente a necessidade de colocação dessa mão de obra nas escolas", diz a nota.

Na nota, a Seed também garante que oferece cursos por meio do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores (Profucionário), realizados pelo Governo Federal através do Instituto Federal de Educação de Sergipe (IFS), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e as secretarias municipais de educação. Mas não se manifestou quanto à reivindicação em torno da ajuda de custo para os servidores que participam dos cursos.

O Profucionário, segundo a nota, é um programa que visa a formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na escola. "Entre seus objetivos fundamentais, está a valorização do trabalho desses profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico proporcionados pelo Profucionário".

Fonte: Cássia Santana/Infonet - 24/07/2014

Portal Mundo Sindical

Por medo, trabalhadores pedem demissão de fábricas de explosivos

O setor pirotécnico em Santo Antônio do Monte vem enfrentando dificuldades desde a explosão que matou quatro mulheres em uma fábrica de fogos de artifício da cidade. A área emprega cerca de 15 mil pessoas no município, mas segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores das Fábricas de Fogos de Artifício (Sindfogos), pelo menos oito pessoas pediram demissão por medo e insegurança.

Os funcionários alegam que não querem correr risco de vida, como por exemplo Tereza Maria da Conceição, de 36 anos. Ela perdeu a irmã na explosão no último dia 15 deste mês. "Não quero isso para mim mais, saí de Alagoas para trabalhar e não para morrer como aconteceu com minha

irmã. Depois disso eu quero procurar alguma outra coisa e, se não encontrar, volto para minha terra", disse.

Com a saída dos funcionários a crise no setor que ocorre desde o início da Copa do Mundo pode se agravar. Segundo o diretor do Sindfogos, Antônio Camargos, as fábricas poderão ter dificuldades de contratar novos empregados. "Estamos falando de um setor forte, contudo os jovens estão amedrontados e estão procurando outras funções. Infelizmente haverá queda nas contratações como tem havido também demissões por parte das empresas que pretendem enxugar o número de funcionários", disse.

Santo Antônio do Monte tem trabalhadores de pelo menos 84 cidades e estados diferentes, segundo os dados do sindicato. Geraldo Eustáquio Santos é natural de Oliveira e está empregado há 18 anos em uma fábrica de fogos. Ele diz que, o que chama atenção das pessoas de fora é a forte tradição na fabricação dos fogos que o município carrega. "Vim para Santo Antônio do Monte exclusivamente para trabalhar em 1996 e desde então sempre trabalhei com produção de explosivos.

Sempre soube do risco, mas eu o assumi", contou.

Desde 1999 o setor já registrou 70 acidentes, alguns graves incluindo queimaduras, perda de audição e visão, perda de membros, doenças causadas por inalação de fumaça entre outras. No mesmo período já foram registradas 14 mortes. "É por medo que eu não quero mais voltar a trabalhar em fábrica", afirmou uma funcionária que pediu demissão e não quis se identificar.

Paulo Bernardino da Silveira trabalha há 15 anos como descarregador de bombas, sabe o risco que corre e por isso afirma que todo cuidado é pouco. "Passou do portão da fábrica para dentro já corre risco de acidente, principalmente na parte de explosivos, por mais cuidados que se tem, podem acontecer acidentes", disse.

O Sindfogos afirma que não tem conhecimento de nenhum trabalhador que tenha seguro de vida em Santo Antônio do Monte. Contudo, o coordenador do Sindicato das Indústrias de Explosivos do Estado de Minas Gerais (Sindemg), Américo Libério da Silva, diz que a obrigatoriedade não consta na convenção. "Os proprietários das fábricas é que decidem se vão oferecer ou não. O que podemos assegurar é que nenhuma empresa, diante de qualquer fatalidade, irá se omitir das responsabilidades", ressaltou.

Fonte: Anna Lúcia Silva/G1 - 24/07/2014

Portal Mundo Sindical

Sem acordo, professores municipais mantêm greve em São Luís

Terminou sem acordo mais uma rodada de negociações entre a Prefeitura de São Luís e representantes do Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal (SindEducação), mediada pelo Ministério Público do Estado (MP-MA). Em entrevista ao G1 na manhã desta quarta-feira (23), o secretário municipal de Educação Geraldo Castro Sobrinho contou que a proposta oferecida anteriormente foi mantida e rejeitada pela categoria.

"Mantivemos nossa proposta ontem. Em 2013, nós demos 9,5% de reajuste, mais os 3% que demos este ano para garantir a recomposição de perdas, o que nos coloca acima da inflação do período", argumentou.

Sobrinho não descartou o corte do ponto dos professores que continuarem em greve, mas disse que não acredita que será necessário, uma vez que, segundo ele, mais de 60% das escolas municipais já teriam voltado a funcionar. "Existe uma decisão do desembargador Guerreiro Júnior para que sejam tomadas medidas que garantam o retorno das aulas, considerando a ilegalidade do movimento. Entretanto, acreditamos que, dado o volume de retorno, nós não vamos precisar chegar a essa questão", observou.

Decretada ilegal pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), a greve completou dois meses nessa terça-feira (22). Para Sobrinho, é preciso subtrair o período de férias desse tempo. "Na realidade, nós temos que subtrair o período de férias, o que dá 25 dias ativos de greve", explicou.

Em nota encaminhada ao G1, a Secretaria Municipal de Educação informou que aguarda o retorno dos professores às salas de aula e confirmou que 60% das escolas estão funcionando, mas não comentou se haverá ou não corte do ponto dos trabalhadores. **Leia a íntegra da nota abaixo:**

A Secretaria Municipal de Educação (Semed) informa que aguarda o retorno dos professores às salas de aula, uma vez que o semestre letivo da rede municipal de ensino iniciou na última segunda-feira, dia 21, com vários docentes já nas escolas. A Semed esclarece, ainda, que atualmente 60% das escolas estão em funcionamento.

Sindicato nega retorno às salas de aula e garante força do movimento

Por telefone, o professor Carlos Eduardo Soares negou que trabalhadores tenham voltado às salas de aula e explicou que, caso haja corte de ponto, os professores não são obrigados a repor as faltas computadas.

"Não retornamos e mantivemos a greve firme. Acabamos de chegar de um movimento no Maracanã e a comunidade está apoiando o movimento, que só vem ganhando mais força, com mais professores aderindo e indo às ruas", avisou.

Soares classificou de ameaça a possibilidade de corte de ponto, uma tentativa de coagir a categoria a suspender a greve.

"Essa ameaça tá vindo agora para coagir os professores. Agora, se eles colocarem as faltas, o trabalhador não tem obrigação de repor, só vai prejudicar as crianças. A gente sabe que prefeitura não tem como contratar 5, 6 mil professores para repor essas aulas. E se eles também não podem suspender nosso salário porque é inconstitucional tirar a fonte de sustento do trabalhador", explicou.

Entenda

O corte do ponto foi sugerido em decisão judicial que manteve a ilegalidade do movimento proferida pelo desembargador Antônio Guerreiro Júnior no início do mês de julho. Na determinação, que respondeu a recurso impetrado pela assessoria jurídica do sindicato, o desembargador autorizou a prefeitura a descontar em folha os dias não trabalhados.

Os trabalhadores reivindicam 20% de reajuste salarial e melhores condições de trabalho. A prefeitura mantém contraproposta de apenas 3% e obras de reparo em 50 escolas, alegando falta que a aplicação de um reajuste superior ao proposto implica no descumprimento de regras impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que prevê como limite de gasto com pessoal 54% da receita.

Fonte: G1 - 24/07/2014

Portal Gestão Sindical

Balanco dos Pisos Salariais Negociados em 2013

23/07/2014 por Dieese

Pelo nono ano consecutivo, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SASDIEESE), divulga o balanço anual dos pisos salariais do Brasil. Foram analisados os pisos salariais definidos por meio de acordos e convenções coletivas firmadas em 2013 e referentes a 685 unidades de negociações dos setores da Indústria, Comércio, Serviços e Rural em todas as regiões geográficas brasileiras. Os dados revelam que cerca de 95% das unidades de negociação pesquisadas conquistaram reajustes acima da inflação para os pisos salariais, segundo o INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os valores acordados variaram entre R\$ 678,00, equivalente ao valor do salário mínimo vigente em 2013, e R\$ 3.600,00. O valor médio dos pisos salariais foi de R\$ 879,04, cerca de 9% maior, em termos nominais, que o valor médio observado nas mesmas unidades de negociação em 2012.

Critérios de diferenciação dos pisos salariais

Em 2013, cerca de 27% das 685 unidades de negociação analisadas definiram um único valor de piso salarial nos seus acordos ou convenções coletivas. O percentual é ligeiramente inferior ao observado no ano anterior, quando foi de 28%. As demais unidades de negociações – que totalizam cerca de 73% do painel de 2013 estudado – registraram mais de um valor de piso salarial. Na maior parte dos casos, os pisos salariais foram definidos segundo um único critério de diferenciação – observado em ? destas unidades de negociação. No outro ?, os pisos foram definidos segundo a combinação de dois ou mais critérios.

A forma mais frequente de diferenciação nos valores dos pisos salariais foi por função exercida pelo trabalhador, observado em 49% das unidades de negociação analisadas. A segunda forma mais frequente utiliza o critério de tempo de serviço, em geral pela adoção de um valor de piso no momento da admissão, e outro, superior, após o cumprimento do contrato de experiência, observado em 21% das unidades de negociação.

Os outros critérios verificados foram: por dimensão da empresa, presente em 11% das unidades de negociação; reajuste durante a vigência do acordo¹, presente em 6%; por localização da empresa, em geral distinguindo empresas localizadas em grandes cidades de empresas localizadas em cidades de pequeno e médio porte, presente em 4%; por duração da jornada, presente em 2%; e segundo outros critérios, presente em cerca de 9%.

Para a análise a seguir, foi considerado, em cada unidade de negociação, somente o menor piso salarial definido para os trabalhadores que desempenham a atividade-fim no setor ou empresa contratante. No caso das unidades de negociação com mais de um piso salarial, portanto, não foram considerados os pisos salariais definidos para os trabalhadores que desempenham atividades-meio, nem os pisos salariais para as atividades-fim que eram superiores ao valor do piso mínimo.

Reajustes dos pisos salariais em 2013

A maior parte das unidades de negociação analisadas no estudo (95%) conquistou aumentos reais para os pisos em 2013, segundo comparação com o INPC-IBGE. Os aumentos reais se concentraram nas faixas de ganho de até 4% acima da inflação, com maior incidência nas faixas de ganho entre 2% e 3% e entre 1% e 2%.

Na desagregação por setor econômico, verifica-se comportamento semelhante. Em todos os setores, o percentual de unidades de negociação com aumento real nos pisos salariais foi superior a 90%, com maior incidência de pisos com aumentos reais no Comércio e na Indústria, em ambos em torno de 97%. Também em todos os setores, os ganhos reais localizaram-se em torno da faixa de 2% a 3% acima do INPC-IBGE, embora não na mesma proporção.

Quanto aos reajustes abaixo da inflação, observados em cerca de 3% do painel, verifica-se que estes foram mais frequentes no setor Rural (em 7% das unidades de negociação do setor) e nos Serviços (5%). Os reajustes abaixo do INPC-IBGE se concentraram na faixa de até 1% abaixo da inflação, sendo poucas as negociações que tiveram perdas reais superiores. Nos Serviços, perdas superiores a 1% foram observadas em 2% das negociações do setor.

O aumento real médio dos pisos salariais em 2013 foi de 2,8%, sempre na comparação com o INPC-IBGE. Ficou próximo, portanto, do aumento real aplicado ao salário mínimo no mesmo ano, de aproximadamente 2,6%. Na desagregação por setor econômico, observam-se poucas diferenças entre os valores médios dos aumentos reais.

Quanto aos valores medianos dos ganhos reais – ou seja, aquele valor localizado exatamente entre a metade mais alta e a metade mais baixa dos ganhos reais – o valor foi de 2,4%, com pouca variação na desagregação por setores econômicos.

Valores dos pisos salariais em 2013

Cerca de 6% das unidades de negociação analisadas em 2013 apresentaram pisos salariais em valor igual ao salário mínimo vigente. Quase um terço registrou pisos de até R\$ 750,00, e aproximadamente a metade, pisos de até R\$ 800,00 – valor equivalente a 1,18 salários mínimos. Pisos salariais superiores a R\$ 1.000,00 foram observados em 16% das negociações analisadas; e superiores a R\$ 2.000,00, em 1,5%.

O valor médio dos pisos salariais foi de R\$ 879,04 – equivalente a 1,3 salário mínimo de 2013. O valor mediano foi de R\$ 805,00 – correspondente a 1,2 salário mínimo; e o valor do terceiro quartil, abaixo do qual estão 75% dos pisos salariais analisados, foi de R\$ 925,00 – equivalente a 1,4 salário mínimo.

Na desagregação setorial, o maior valor médio foi observado nos Serviços (R\$ 931,53), seguido pela Indústria (R\$ 886,07). Na comparação entre os valores medianos e do primeiro e terceiro quartil, os pisos da Indústria foram superiores aos dos Serviços. No entanto, o registro de pisos mais elevados no setor Serviços revela uma distribuição mais dispersa neste setor. No geral, porém, os pisos da Indústria são superiores aos dos Serviços, bem como do que os encontrados nos demais setores. Os menores pisos salariais foram verificados no Comércio e no setor Rural. Entre os rurais, em particular, o valor médio foi o menor da pesquisa: R\$ 748,22.

Pisos salariais em valor igual ou muito próximo ao salário mínimo foram observados em todas as atividades econômicas analisadas. Os maiores pisos salariais foram observados nos acordos dos trabalhadores metalúrgicos, profissionais da saúde, profissionais em comunicação – caso dos jornalistas, em especial – e bancários. Nestes segmentos, portanto, observam-se as maiores disparidades entre o maior e menor piso salarial acordado. As menores disparidades foram observadas nos acordos dos trabalhadores nos segmentos que tenderam a registrar os menores pisos salariais do estudo: na indústria do vestuário – que inclui o setor de calçados e de confecções –, na indústria têxtil, indústria gráfica, no comércio varejista e atacadista e nos serviços de turismo e hospitalidade – segmentos que registraram, portanto, os menores pisos salariais do estudo.

Pisos salariais segundo as regiões geográficas

As regiões Sul e Sudeste foram as que apresentaram, no recorte regional, os maiores pisos salariais do estudo. No Sudeste, o valor médio do piso foi de R\$ 919,64. No Sul, R\$ 887,35. Na comparação entre os valores medianos, a ordem se inverte: R\$ 847,00 para a região Sul; R\$ 825,00, para a região Sudeste. Ainda assim, tanto na média quanto no mediano, as duas regiões contam com valores superiores em relação às demais.

A região Norte é a que apresentou o menor valor médio dos pisos salariais (R\$ 785,00). No entanto, na comparação entre os valores medianos e do primeiro e terceiro quartil, a região Nordeste é quem apresentou os menores valores.

Além dos pisos analisados acima, foram captados, também, quatro pisos salariais referentes a unidades de negociação com abrangência nacional: duas unidades de negociação de trabalhadores bancários, uma de aeronautas e uma de trabalhadores em indústria extrativa. Esses pisos variaram entre R\$ 1.325,00 e R\$ 2.043,36 e apresentaram o valor médio de R\$ 1.624,94.

Pisos salariais e formação escolar

Em 2013, apenas 16 unidades de negociação – cerca de 2% do painel analisado – definiram pisos mínimos para funções que exigiam formação no ensino superior. O valor médio dos pisos salariais nos acordos dessas unidades de negociação foi de R\$ 1.795,20, quase 110% a mais do que o valor médio registrado nas unidades de negociação com pisos salariais sem exigência de ensino superior.

A diferença entre os menores pisos dos dois conjuntos de negociação foi de 10%; e entre os maiores pisos, de 76%. No piso mediano e no 3º quartil, porém, a diferença ultrapassava 140%.

Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário

Em 2013, o valor do Salário Mínimo Necessário³, calculado pelo DIEESE, variou entre R\$ 2.621,70 – aferido em setembro – e R\$ 2.892,47 – aferido em abril, resultando em um valor médio anual de R\$ 2.765,33, cerca de 4,08 salários mínimos oficiais.

No painel analisado, apenas duas unidades de negociação, ambas em convenções coletivas de médicos, registraram pisos salariais superiores ao valor médio do Salário Mínimo Necessário.

Considerações finais

Em 2013, cerca de 95% das unidades de negociação analisadas pelo DIEESE conquistaram reajustes para os pisos salariais acima da inflação medida pelo INPC-IBGE.

O resultado, por si expressivo, é ligeiramente inferior ao registrado em 2012, quando o percentual de unidades de negociação com aumentos reais atingiu 98%⁴. Redução maior foi observada em relação à magnitude dos aumentos reais conquistados. Enquanto em 2013 os ganhos foram, em média, de 2,8% acima do INPC-IBGE, em 2012 os ganhos foram de 5,6%.

A diferença entre o desempenho das negociações de 2012 e 2013 pode ser decorrente, em parte, da valorização do salário mínimo, cuja influência sobre as negociações dos pisos salariais vem sendo observada pelo DIEESE nos últimos anos. Em 2012, o salário mínimo foi reajustado em 14%, implicando um ganho real de 7,6%. Em 2013, o reajuste foi de 9%, o que representa um ganho real menor, de 2,6%. Em que pese a diferença entre o ganho real do salário mínimo e o ganho real médio dos pisos salariais em 2012 – em 2013 a diferença foi diminuta –, ainda assim se nota a influência da valorização do salário mínimo. Parece plausível supor que a valorização do salário mínimo em 2012 “puxou para cima” a valorização dos pisos salariais naquele ano.

Tome-se outro exemplo da influência do salário mínimo nas negociações dos pisos salariais. Tanto em 2012 como em 2013, ¼ dos pisos salariais analisados tinha valor igual ou abaixo de 1,1 salário mínimo, metade tinha valor igual ou abaixo de 1,2 salário mínimo e ¾ tinham valor igual ou abaixo a 1,4 salário mínimo⁵. Manteve-se, portanto, em 2013, a escala de distância dos pisos salariais em relação ao salário mínimo.

A ação positiva que a política de valorização do salário mínimo vem produzindo na negociação dos pisos salariais pode ser observada na comparação com os resultados das negociações dos reajustes dos salários que lhes são superiores. Em 2013, o percentual de unidades de negociação com aumento real nos salários foi de 87%, e o valor médio do aumento real foi de 1,25%⁶. Em relação, aos pisos salariais, como visto, 95% dos pisos tiveram aumento real, que atingiu a média de 2,8%. Desde pelo menos 2009, quando o DIEESE passou a acompanhar os reajustes dos pisos salariais, estes têm se valorizado mais do que os demais salários.

Um dos efeitos benéficos da maior elevação dos pisos salariais em relação a dos demais salários é a redução na disparidade salarial dentro das empresas e categorias profissionais. Se a redução ocorrer através do incremento dos salários de todos os trabalhadores, os benefícios serão gerais, uma vez que todos os salários se elevam, mas os menores salários aumentam mais, reduzindo a desigualdade salarial.

A correlação positiva entre a política de valorização do salário mínimo e a valorização dos pisos salariais, assim como a dos demais salários, é um dado importante para o debate sobre a continuidade da referida política, a partir de 2016.

(*) Tabelas disponíveis no site do Dieese

(<http://www.dieese.org.br/balancodospisos/2013/estPesq72BalPisos2013.pdf>)

Portal da CUT

Grupo LBR encaminha plano de recuperação judicial, fecha unidades e dispensa trabalhadores

Contac/CUT e Sindicatos da Alimentação articulam ações contra os desmandos e a má gestão em uma das maiores empresas de produtos lácteos

Escrito por: William Pedreira

Em fevereiro do ano passado, o Grupo LBR (Lácteos Brasil S/A), uma das maiores empresas privadas de produtos lácteos e com unidades espalhadas por algumas localidades do País, ajuizou um pedido de recuperação judicial.

Enquanto desenrola toda especulação em torno do futuro da empresa, os trabalhadores e suas famílias vêm sofrendo com os desmandos da atual gestão e a incerteza do processo.

Representantes da Contac/CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação) e de Sindicatos CUTistas que representam os trabalhadores da LBR estiveram reunidos nesta quarta-feira (23) e relataram um cenário caótico.

Unidades foram fechadas e as que permanecem ativas diminuíram consideravelmente o número de postos de trabalho. Parte dos agricultores não está recebendo pela venda do leite, o que tem gerado um clima de instabilidade, sem contar o prejuízo imposto à economia dos municípios em que a empresa possui sede.

A Companhia surgiu do processo de falência da Parmalat. Criada em 2010, é fruto da fusão entre as fabricantes de leite e derivados Bom Gosto e LeitBom.

A operação contou com apoio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) através de um aporte de R\$ 700 milhões. Tal dinheiro foi utilizado, inclusive, para a compra de outras empresas no Brasil.

Ao assumir o controle da LBR, a atual gestão iniciou um processo de reestruturação que significou o fechamento de unidades e demissão de trabalhadores. Dos mais de seis mil trabalhadores que a empresa possuía inicialmente, menos da metade integram o quadro atual.

“É inadmissível que dinheiro público esteja financiando especuladores que compram e vendem empresas e sempre saem ganhando”, condenou Siderlei de Oliveira, presidente da Contac/CUT. “É mais um caso em que não houve contrapartida social e agora o que vemos é atraso nos salários, não pagamento de FGTS, redução drástica dos postos de trabalho”, disse o dirigente, ressaltando que apesar do processo de recuperação judicial e da dívida com o patrimônio público, o Grupo está com planos de montar uma empresa de laticínios no Uruguai.

Para ele, o processo de recuperação judicial da LBR é mais uma jogada que envolve laranjas e a ciranda especulativa. Entre os possíveis compradores existe uma empresa cujo capital é R\$ 20 mil. Soa no mínimo estranho, já que a LBR, mesmo com todos os desmandos, possui patrimônio de aproximadamente R\$ 740 milhões.

Agenda de luta - durante a reunião, os dirigentes discutiram ações para garantir os direitos dos trabalhadores e da comunidade local.

Neste momento em que as unidades da empresa estão sendo vendidas, os trabalhadores reivindicam uma reunião com o juiz responsável pelo processo para que se articule uma audiência imediata com os compradores e com as entidades representativas dos trabalhadores e, assim, seja firmado um compromisso com base nas reivindicações expostas pela categoria.

A agenda de luta engloba a manutenção dos postos de trabalho; que na análise da proposta de compra da unidade seja inserido o compromisso da compradora na geração de emprego, desenvolvimento regional e cumprimento do que é determinado pela legislação social, pelos acordos e convenções coletivas estabelecidos com os respectivos sindicatos dos trabalhadores das indústrias de alimentação, garantindo todos os direitos trabalhistas e não esquecendo da estabilidade dos trabalhadores que já a possuem; que a compradora assuma o compromisso de não fechar a empresa ou utilizá-la somente para especular; que a compra seja imediata, visto que algumas unidades estão praticamente sem condições de continuidade e com investimento para que as unidades possam manter e aumentar a produção garantindo as ocupações já existentes e gerando novos postos de trabalho.

Todos estes questionamentos constam em um documento assinado pelas entidades e que será divulgado posteriormente a imprensa. Foi deliberado também a convocação de um ato, ainda sem data e local definido.

Organizado por Ernesto Germano